



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Ambiental.

OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA SOB OS DITOS DO CAPITAL: EXPRESSÃO DE UMA AUTORREPRODUÇÃO DESTRUTIVA

Nicole Alves Espada Pontes¹

Resumo: A discussão fomentada, através desse artigo, visa realizar uma análise crítica da “obsolescência programada” no interior do movimento de reprodução do capital, com vistas a compreender a dinâmica que move esse modo de produção em particular e como essa lógica tem propiciado tamanho nível de contradição – com impactos sociais e ambientais sem precedentes.

Palavras-chave: obsolescência programada, questão ambiental; totalidade; controle sociometabólico; autorreprodução destrutiva.

Abstract: The discussion promoted through this paper aims to perform a critical analysis of “planned obsolescence” within the reproduction movement of capital, with a view to understanding the dynamics which moves this way of production in particular and how its cumulative and expansive pillars, supported by the division of classes, have led to such contraction level – with unprecedented social and environmental impacts.

Keywords: planned obsolescence; environmental issues; totality; social metabolic control; destructive self-reproduction.

1 Introdução

O arranhar suave da agulha no vinil anuncia o início de “Turtle Blues” de Janis Joplin, de 1967. O antigo som, um pouco mais velho, é herança antiga. Quase sexagenários, os dois produtos estão em perfeito estado de funcionamento. Mas tais relíquias não seguem a mesma lógica dos eletrodomésticos dos últimos anos.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a Market Analysis, são trocados um em cada três eletroeletrônicos por falta de desempenho e três em cada dez eletrodomésticos por apresentarem defeitos, mesmo funcionando. Para além, 80% dos brasileiros não buscam assistência técnica e 46% preferem adquirir novos a consertar antigos (IDEC, 2013).

Essa nova forma de consumo e utilização das mercadorias não traz só rebatimentos em níveis de mercado. O acelerado binômio “consumo-descarte” desses produtos implica em uma utilização desenfreada de recursos naturais por um lado, e um contingente problemático de resíduos sólidos por outro – com diferentes implicações ambientais e, concomitantemente, sociais.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: nicole.alves@gmail.com.

Sim, por que ainda que a sociedade seja composta por diferentes esferas, sendo estas esferas compostas de formas particulares e com regularidades próprias, cabe reconhecer que por mais complexas e autônomas tornem-se em seu desenvolvimento histórico, sempre supõem partes constitutivas da totalidade, compondo-a inseparavelmente.

“Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si” (KOSIK, 1976, p. 44). A realidade, portanto, é uma totalidade composta por relações complexas, cuja existência permanece interligada e interdependente. Não se pode apreender fenômenos isolando-os fora do todo tampouco isolando o todo de suas determinações.

A discussão fomentada através desse artigo advém de reflexões desenvolvidas em um estudo a nível de mestrado, e propõe realizar uma análise crítica da relação contemporânea entre “consumo-descarte” de mercadorias para além de seus aspectos fenomênicos, recuperado pontos do debate no interior da lógica de reprodução social do capitalismo.

2 Desperdício generalizado de um sistema em abundante incoerência

Anteriormente, a ação do homem perante a natureza era benquista, avaliada como um avanço social, um verdadeiro processo evolutivo do homem frente ao mundo exterior. Harvey (2011, p. 152) julga que “era em geral conceitualizada em termos de uma dominação humana triunfalista sobre a natureza”.

Diferente de outras espécies animais, o homem foi capaz de desatar-se das amarras animais que limitavam-no apenas à luta pela sobrevivência no mundo natural. Do primata que sobrevivia nas cavernas a um ser complexo, dotado de instrumentos tecnológicos inimagináveis e vivendo em seu próprio mundo, de gigantescas edificações. Ora, suas criações lhe possibilitaram desvencilhar-se de diversos limites naturais que outrora lhe sacrificaram vidas.

E o triunfo por sua habilidade de intervir e modificar-se na natureza conforme suas idealizações é inquestionável. A longa trajetória de intervenção do homem frente ao mundo exterior gerou o que por vezes denomina-se de “(...) “segunda natureza” – a natureza remodelada pela ação humana. Há muito pouco, ou nada, da “primeira natureza”, que existia antes de os seres humanos povoarem a Terra” (HARVEY, 2011, p. 151).

Em um mundo de tecnologias, os meios de comunicação atravessam fronteiras em tempo real, os robôs imitam a vida, as máquinas ocupam postos de trabalhadores de outrora. Mas se o triunfo por essa capacidade de transformação é inquestionável, seus efeitos claramente o são: pois ao mesmo tempo em que há essa crescente interferência da

humanidade na natureza, paralelamente, há uma crescente degradação dos recursos naturais e sua conseqüente escassez.

Essa intervenção humana no mundo natural se faz sentir até nos mais longínquos ecossistemas; pois em verdade, “mesmo regiões mais remotas da terra e nos ambientes mais inóspitos, os traços da influência humana (a partir de mudanças nos regimes climáticos, vestígios de pesticidas e transformações nas qualidades da atmosfera e da água) estão presentes” (HARVEY, 2011, p. 151).

No entanto, esse crescente esgotamento não refere-se a um reflexo do trabalho produtivo humano em geral, pois “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade” conforme elucidava Marx (2011, p. 13). Ou seja, cada modelo produtivo determina, especificamente, a maneira e a finalidade com que os homens estabelecem sua produção material, sua interação com o mundo exterior. O processo de produção perpassa, assim, o trabalho humano em ação no exterior sensível, que efetua-se com vistas ao atendimento de necessidades específicas.

E, em verdade, “(...) as relações sociais capitalistas geram tendências de comportamento com o meio ambiente que lhe são particulares”, que supõe dizer que a forma assumida pelo processo capitalista de produzir “(...) implica tendências exclusivas” (FOLADORI, 1999, p. 35). E, nesse caráter excepcional, encontra-se também, sua face destrutiva.

Esse crescente esgotamento refere-se, portanto, não a um reflexo do trabalho produtivo humano em geral, mas a um reflexo próprio do modo capitalista de produzir. Afinal, “nos últimos três séculos, marcados pela ascensão do capitalismo, a taxa de propagação e destruição criativa sobre a Terra tem aumentado enormemente” (HARVEY, 2011, p. 151). Portanto, de fato existem peculiaridades na dinâmica pela qual o capitalismo sustenta sua reprodução que vem gestando seus efeitos singularmente destrutivos sobre a natureza e, concomitante e conseqüentemente, à toda humanidade.

O “Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos” (ONU-Habitat) afirmou que, por ano, são produzidas mais de 2 bilhões de toneladas de lixo no mundo. De acordo com o Programa, para alojar os 7,6 bilhões de moradores do mundo, suprimindo o uso de recursos utilizados e resíduos gerados atualmente, seria necessário 70% de mais planeta Terra (ONU, 2018).

E ainda que essa realidade torne óbvia a necessidade de encontrar outra forma de utilização e descarte de mercadorias, tal mudança não é algo que tem se mostrado possível dentro da Ordem vigente. E o grande apelo ao “desenvolvimento sustentável”² tão difundido na década de 1990, tem se mostrado ineficaz.

² Para uma análise crítica a esse respeito, consultar Silva (2010).

Na realidade isso só vem comprovando que o capitalismo não é capaz de controlar os efeitos de sua destrutividade. Se refletirmos a partir de Mészáros, podemos concluir que o ponto primordial que retira desse modo específico de produção a possibilidade humana de controle sobre seus efeitos é justamente pelo fato de ter se tornado “(...) até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (MÉSZÁROS, 2011, p. 95).

Dessa forma, historicamente, o sistema do capital³ tornou-se integralmente dominante, capaz de subjugar aos seus imperativos indistintamente as diferentes esferas da totalidade social – dos detalhes mais minuciosos da cotidianidade, até os mais complexos aspectos globais. Assim,

(...) Implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, **sempre a favor dos fortes e contra os fracos** (MÉSZÁROS, 2011, p. 96; grifos nossos).

E sempre funciona a favor de grupos sociais específicos por que essa polarização torna possível o desenvolvimento dos mecanismos totalizadores do “controle sociometabólico”, tendo ao seu dispor uma “estrutura (...) adequada para suas importantes funções”. Por conseguinte, conforme continua discorrendo Mészáros (2011, p. 98-99), com vistas à “realização dos objetivos metabólicos fundamentais adotados”, a sociedade como um todo deve se submeter “(...) em todas as suas funções produtivas e distributivas – às exigências mais íntimas do modo de controle do capital estruturalmente limitado (mesmo se dentro de limites significativamente ajustáveis)”.

Dessa forma, a existência das classes sociais é fundamental para a máquina capitalista pôr-se em movimento. Para que toda a lógica desse processo pudesse entrar em funcionamento tornou-se necessário que cada sujeito ocupasse seu lugar nesse processo, cada qual desempenhando um papel específico no interior da estrutura hierárquica. A divisão hierarquizada do trabalho é, portanto, basilar e essencial nesse modo de produção.

Primeiramente, era necessário que se confrontassem, nos respectivos papéis de comprador e vendedor de mercadoria, de um lado, o possuidor de valor ou dinheiro, de outro, o possuidor da substância criadora de valor; aqui, o possuidor de meios de produção e de subsistência, lá, o possuidor de nada mais que a força de trabalho. A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas e a

³ Cabe esclarecer que reconhecemos, com base nos estudos de Mészáros, que ao tratar “capital” e “capitalismo” estamos nos referindo a processos distintos, sendo o primeiro anterior ao modo de produção capitalista e devendo ser ulterior a ele. No entanto, considerando o foco do estudo em questão, as análises aqui suscitadas tomam as características de desenvolvimento do “capital” no interior da dinâmica “capitalista”. Para detalhes desse debate específico, consultar Mészáros (2011).

força subjetiva de trabalho, era, portanto, a base efetivamente dada, o ponto de partida do processo capitalista de produção (MARX, 2013, p. 786).

Em verdade, a divisão de classes é fundamental para o estabelecimento do “controle sociometabólico” em seu caráter totalizador. Conforme salienta Mészáros (2011, p. 99), “(...) o sistema do capital – cuja *raison d’être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira”. O que nos leva a compreender que a divisão de classes é parte intrínseca do processo de reprodução do capital.

Nesses moldes, o trabalhador alienado do processo do seu próprio trabalho, objetiva sua atividade como alheia a si, e seus produtos terminam apropriados pelo capitalista e incorporados ao capital. Na continuidade desse processo de trabalho forçosamente “(...) o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si” (MARX, 2013, p. 786).

A partir dessa contradição fundamental a classe trabalhadora torna-se objeto de consumo do capital em todos os sentidos: primeiramente, quando trabalha e seu trabalho é diretamente doado ao capitalista na forma de mais-valor, mas também quando consome externamente ao seu trabalho, para sua subsistência, à medida que efetiva o lucro do capitalista no mercado consumidor e, sobretudo, na sua própria manutenção.

E essa característica que o capital transfere aos indivíduos, que mesmo em sua atividade primordial – o trabalho – não acontece para o desenvolvimento da (re)produção enquanto ser social; retira da humanidade sua capacidade criativa, sua sensibilidade humana, sua interconexão enquanto parte da natureza, retira, enfim, sua potência humana genérica simplesmente para dar lugar aos interesses da acumulação e suas perversas contradições.

A superficialização do mundo e o esvaziamento progressivo das necessidades humanas, que se expressam, entre outras dimensões, na descartabilidade das mercadorias, no rebaixamento da emoção e da tonalidade dos afetos que dão lugar ao tédio, à repetição, à insignificância emotiva, ao aumento do fosso das desigualdades de toda ordem (IAMAMOTO, 2014, p. 53).

Sob tais perspectivas, nenhuma forma de esgotamento aparece como relevante, da humanidade à natureza: todas as esferas da realidade social estão condenadas à sua lógica predatória. De fato:

Ao adotar como objetivo da produção a formação de excedentes para o mercado com fins de obter lucro, a burguesia institui a concorrência e a competitividade como valores essenciais às práticas econômicas e impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas como

contraface da apropriação do trabalho alheio, inaugurando também uma nova etapa na relação com o meio ambiente (SILVA, 2010, p. 52).

Etapa essa marcada por uma destruição ambiental sem precedentes – que se inicia nas atividades extrativistas para construção de mercadorias, até a problemática da sua descartabilidade. Inclusive Mészáros (2011) discorre com notoriedade acerca do impacto que a inversão de valores das mercadorias tem na realidade, a partir da quebra entre a coerência necessária entre produção por valor de uso versus seu valor de troca, sendo o primeiro subjugado por este último em um mercado de geração de excedentes. O autor aborda que “(...) a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início” (p. 606).

E essa característica tem se configurado historicamente como um dos principais processos mediante o qual o capital estabeleceu seu crescimento e desenvolvimento econômicos. Dessa forma, “para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último.” E esse elemento, foi na realidade, “um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital(...)” (MÉSZÁROS, 2011, p. 606).

Mas o deslocamento das mercadorias a um “*valor de troca universalmente dominante*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 610; grifos do autor), redireciona a relação da produção, circulação e consumo a um movimento contraditório e perigoso.

Dadas as limitações e contradições estruturais desta ordem social universalmente mercantilizadora, orientada para o lucro, o escopo de sua produtividade é desesperançosamente limitado – e sua direção, além de certo ponto do desenvolvimento histórico em andamento, radicalmente pervertida – pelo modo no qual as demandas da expansão do capital praticamente definem o critério de “utilidade” ao qual tudo deve se conformar (MÉSZÁROS, 2011, p. 620).

Aliás, criam-se critérios de utilidade completamente fúteis! Voltados ao mero consumir, simplesmente para alimentar toda essa dinâmica. O consumismo tornou-se, portanto, essencial à reprodução do capital e está desligado da satisfação de necessidades humanas. Existe principalmente para atender a dinâmica do capital.

Em sua pesquisa, Andrade (2007) analisou como a “estética da mercadoria” se concretiza por “indução subjetiva”, ou seja, como uma nova forma de satisfação das necessidades, construída por “induições subjetivas”, tomou a vida social de tal maneira que mesmo que as mercadorias não sejam necessárias por sua utilidade, se mostram indispensáveis ao cotidiano dos sujeitos. Como as diferentes estratégias adotadas no capitalismo – dentre a publicidade e propaganda através dos meios de comunicação de

massa – foram capazes de superar o valor de uso efetivo de uma mercadoria, erguendo-se com isso um “novo valor de uso subjetivo”, pelos ditos do capital.

A atenção direcionada à estética da mercadoria (...) foi cada vez mais trabalhada através da propaganda e da publicidade, e por meio delas as mercadorias se transformaram em algo necessário para o dia-a-dia do homem. Através de sua (...) sua estética foram traçados parâmetros e modelos a serem seguidos por todos os consumidores, obrigando-os veladamente a uma inclusão necessária ao sistema. (ANDRADE, 2007, p. 33).

E sob essa perspectiva, um dos parâmetros mais importantes para o capital é que esse consumo possibilite sua acelerada reprodução. Nesse sentido é que Mészáros (2011, p. 617; grifos do autor) afirma que atualmente assiste-se fortalecer “(...) a alocação de uma porção cada vez maior da riqueza social para a produção do *desperdício institucionalizado*”, que ao determinar não apenas padrões de funcionalidade dos produtos, também reduzem seu período de utilidade e/ou duração – seja através da criação de novas necessidades através de produtos mais modernos, seja pela tecnologia voltada à redução (ou mesmo eliminação) de sua vida útil – possibilitando assim acelerar o ciclo reprodutivo do capital.

(...) Em sua tendência geral, o modo capitalista de produção [é] inimigo da durabilidade e que, portanto, no decorrer de seu desdobramento histórico, deve minar de toda maneira possível as práticas produtivas orientadas-para-a-durabilidade, inclusive solapando deliberadamente a qualidade (MÉSZÁROS, 2011, p. 636).

Essa tendência está no interior do que Mészáros (2011, p. 693) analisa como uma “lei tendencial da taxa de utilização decrescente”, que para o autor atualmente adquiriu uma “posição de domínio na estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico, não obstante o fato de que, no presente, quantidades astronômicas de desperdício precisem ser produzidas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 655). Ou seja, o fenômeno comumente conhecido por “obsolescência programada” ou “obsolescência planejada” pode ser compreendido como parte do processo de produção vigente na qual “oferta e demanda, tornam-se cinicamente relativas de modo a possibilitar a legitimação da oferta real pela ‘demanda’ fictícia” (MÉSZÁROS, 2011, p. 693).

Dessa forma:

Uma vez que a taxa de utilização decrescente abre novas possibilidades para a expansão do capital, ela adquire um papel muito especial no processo de realização do capitalismo “avançado”. Em primeiro lugar, em virtude da sua capacidade de lidar com as pressões emergentes da interação entre produção e consumo, provocadas pelos limites restritivos dos contornos dados da circulação, ela funciona como *meio* insubstituível para realizar a necessária reprodução em escala *ampliada*, ao mesmo tempo em que contém artificialmente a tendência para aumentar o próprio círculo de consumo. Subsequentemente, no entanto, quanto maior a dependência do processo global de reprodução da taxa de utilização decrescente, mais esta se converte em um *fim em si mesma*, já que é tomada como a possibilidade de expansão *ilimitada* com base na premissa de que a própria taxa pode ser reduzida sem grandes impedimentos. Em termos ideais, formulados do ponto de vista do capital (...), quanto mais o modo estabelecido de produção e consumo possa se aproximar da *taxa zero de uso*, tendo

removido completamente o “transtorno disfuncional” – ou, nas palavras de Rosa Luxemburgo, “as extravagâncias e flutuações subjetivas” – do consumo real, maior o alcance automaticamente conferido por esta aproximação à produção contínua (...) (MÉSZÁROS, 2011, p. 684; grifos do autor).

Com isso, há a articulação de dois processos que colocam em acelerado movimento a circulação de mercadorias através do alto nível de consumo: primeiramente criando-se um processo de intenso consumismo através do deslocamento do valor de uso dos produtos pela criação de “critérios de utilidade” postos através de “induçãoes subjetivas” e, paralelamente, condenando tais produtos a um tempo de utilização extremamente limitado – quando não a “taxa zero de uso” – ora por torná-los rapidamente obsoletos, ora por torná-los de má qualidade.

O impacto desses fenômenos é a utilização insaciável dos recursos naturais para criação de supérfluos, que sob a lógica da “obsolescência planejada” se tornam extremamente descartáveis. E o lixo é uma grave problemática enfrentada na contemporaneidade, e vem condenando fontes hidrográficas, solos, comunidades biológicas de fauna e flora, populações inteiras...

E apesar das políticas voltadas ao reaproveitamento, os números continuam subindo. No Brasil, entre os anos de 2003 e 2014 a geração de resíduos sólidos cresceu 29% (G1, 2015).

Tamanha contradição se sustenta por que o sistema capitalista foi capaz de superar a coerência da produção com vistas à “autossuficiência”, a lógica de produzir para subsistir deslocou-se. Nas formações societárias anteriores a relação entre a produção autossuficiente determinava (e era determinada) por uma forma de controle mais direta.

As unidades básicas das formas antigas de controle sociometabólico eram caracterizadas por um grau elevado de autossuficiência no relacionamento entre a produção material e seu controle. Isto se aplica não apenas às comunidades tribais primitivas, mas também à economia doméstica das antigas sociedades escravistas e ao sistema feudal da Idade Média. Quando esta autossuficiência se quebra e progressivamente dá lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas, já estamos testemunhando o vitorioso avanço do modo de controle do capital (...) (MÉSZÁROS, 2011, p. 101).

E a superação de uma produção norteada à autossuficiência é fundamental para o processo de valorização do capital. Pois para acumular é necessário expandir: encontrar diferentes mercados consumidores, reservas abundantes de matérias-primas, mão-obra mais barata, novas fontes de lucratividade. Assim, “com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100). O acumular depende, portanto, do expandir, e/ou vice-versa.

Assim, desligar-se da autossuficiência serve ao capital tanto no sentido aludido anteriormente, de uma sociedade que pode passar a produzir excedentes, permitindo uma

produção voltada ao “*valor de troca universalmente dominante*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 610; grifos do autor); como permitiu a expansão global do capital. Nas palavras do autor;

As consequências dessa liberação das amarras da autossuficiência naturalmente são muito favoráveis, pelo menos no que diz respeito à dinâmica da expansão do capital. Sem ela o sistema do capital realmente não poderia, de forma alguma, ser descrito como voltado para a expansão e movido pela acumulação (...). Em qualquer ponto determinado da história as condições prevalentes de autossuficiência (ou sua ausência) evidentemente também circunscrevem o impulso reprodutivo do sistema dado e sua capacidade para a expansão (MÉSZÁROS, 2011, p. 102).

Dentro desse contexto, desconectando-se de uma produção autossuficiente, o consumo precede necessidades, e a descartabilidade precede a própria funcionalidade. A potencialidade criativa volta-se a capacidade estabelecer períodos cada vez mais curtos às mercadorias. Assim, a acumulação e expansão confluem em uma dinâmica autocontraditória e destrutiva: onde a obsolescência programada – apesar de ser ilógica, perversa e cruel – é completamente funcional, aceita e reproduzida desmedidamente.

3 Considerações finais

Conclui-se, a partir do exposto, que a raiz da problemática ambiental e social diante da qual deparamo-nos atualmente, que tem como expoente final – e não precípua – o crescimento desenfreado dos resíduos sólidos, não encontra resolutividade na responsabilização dos indivíduos sociais, no apelo à reciclagem ou na falácia de um “desenvolvimento sustentável”.

Refere-se a uma expressão da dinâmica estrutural da própria reprodução do capital. A causa dessas expressões não são penetráveis por que suas causas estão nas raízes do sistema, e por isso as ações pontuais ou individuais não podem solucioná-las. Trata-se de uma dinâmica “autocontraditória”, que utiliza, inconsequentemente, todos os recursos fundamentais à sua reprodução.

Devemos ter em mente que as realizações problemáticas do sistema do capital emergem de uma estratégia autocontraditória que ingênua ou assustadoramente ignora as exigências de um adequado “domínio do homem sobre suas condições de existência orgânica e inorgânica” como a precondição necessária de um domínio humano socialmente viável sobre as forças da natureza (MÉSZÁROS, 2011, p. 609).

Por isso, realmente o capital tornou-se um sistema poderoso em seu controle sociometabólico, vigoroso na expansão e acumulação que lhe são inerentes. Tornou-se bem-sucedido em suas armas ideológicas, capaz de induzir incoerências e velar até seus efeitos mais perversos. Porém, não se tornou capaz de desenvolver sua produção de maneira sustentável.

Salienta-se que nos limites desse artigo, as questões suscitadas apontam sobretudo a necessidade de aprofundamento nessa discussão. São diversos elementos que se cruzam com essa contradição, e merecem um olhar cuidadoso para a teia que se tece em torno dessa reprodução autodestrutiva.

Até por que, ao compreender os nexos das contradições que perpassam o desenvolvimento desse modo de produção, torna-se possível analisar e desmistificar a lógica que rege sua reprodução na concreticidade. Para dar conta com profundidade dessa matéria, portanto, é preciso ir além de respostas ideologicamente dominantes: estudar, denunciar, criticar e buscar formas de superar essa lógica predatória é a única saída para quem opõe-se à barbaridade socioambiental vivenciada na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vanessa Batista de. **Estética da mercadoria e obsolescência: um estudo da indução ao consumo no capitalismo atual**. 2007. 119 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

FOLADORI, Guillermo. **O Capitalismo e a crise ambiental**. Raízes, Ano XVIII, Nº 19, Maio de 1999, p. 31-36.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 8ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Ciclo de vida dos eletrodomésticos**. Outubro de 2013. Disponível em: http://www.idec.org.br/uploads/testes_pesquisas/pdfs/market_analysis.pdf. Acesso em 15 de junho de 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª edição - Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976.

LENHARO, Mariana. Mesmo com política de resíduos, 41,6% do lixo tem destino inadequado. **Jornal G1**, 27 de julho de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em 1º de outubro de 2016.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Humanidade produz mais de 2 bilhões de toneladas de lixo por ano**. Nações Unidas do Brasil, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/humanidade-produz-mais-de-2-bilhoes-de-toneladas-de-lixo-por-ano-diz-onu-em-dia-mundial/>. Acesso em 15 de junho de 2019.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. [1857-8] Trad. Márcio Duayer e Nélio Schneider. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I - o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. 1ª edição revista. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.